

---

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.\*

---

NÉRI ÊMILO SOARES JUNIOR,  
da Universidade Estadual de Goiás

*Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico* apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida por dois grandes estudiosos da Educação Superior no Brasil, Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior.

Valdemar Sguissardi é licenciado em filosofia pela Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul, mestre e doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Paris X, Nanterre. É professor aposentado da universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, atualmente, professor titular da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Tem realizado estudos abordando temas como: Educação Superior, Política de Educação Superior, Reforma da Educação Superior, Público e privado na Educação Superior. João dos Reis Silva Júnior, por sua vez, é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Educação: História, Política, Sociedade, também pela PUC-SP. Possui pós-doutoramento em Sociologia Política pela Universidade de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor da UFSCar. Seus campos de investigação são: Educação e trabalho, Educação Superior brasileira, Política educacional, Reforma do estado e Educação na cotidianidade da instituição escolar.

A obra é dividida em oito capítulos, em que os autores apresentam, de forma consistente, os resultados de uma investigação desenvolvida durante quatro anos, que teve como objeto de estudo o trabalho dos professores das instituições federais de ensino superior (Ifes).

A introdução do livro traz informações gerais acerca da pesquisa realizada, tais como: a questão central, os objetivos, o universo e a amostra da pesquisa, bem como a forma como foi realizada a investigação. O objetivo

---

\* Resenha recebida em 09/08/2010 e aprovada em 20/09/2010.

da pesquisa foi compreender como se revela, hoje, na dimensão da prática universitária dos professores das universidades federais do Sudeste (p. 20), a reforma da Educação Superior que se iniciou no Brasil nos anos 1990, como expressão das mudanças na economia e da reforma do Estado, envolvendo a identidade institucional das instituições de ensino superior (IES) públicas. O universo da pesquisa constituiu-se de quinze Ifes da região Sudeste (2005), tendo sido escolhidas, como amostra, sete delas; o período estudado foi o compreendido entre 1995 e 2005. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, consistindo a primeira do estudo da expansão e evolução da Educação Superior na região Sudeste. Já na segunda etapa, foi realizada análise do conteúdo obtido a partir de 49 entrevistas com professores das sete universidades da amostra. Para a entrevista foram selecionados professores que possuíam vínculo empregatício com as Ifes entre dez e doze anos. Como categoria de análise, foi utilizada a prática universitária entendida como “as relações que o professor mantém com o ensino, a pesquisa e a extensão, além de, eventualmente, com a administração e a representação sindical” (p. 19).

No segundo capítulo, *Federais, Ciência, tecnologia, inovação e a sociabilidade produtiva*, são abordados o processo de mercantilização da universidade pública estatal e a função estratégica das Ifes na atual fase do capitalismo contemporâneo. Os autores, inicialmente, a partir dos estudos de François Chesnais, diferenciam a expressão *mundialização do capital de internacionalização do capital*. Fazem essa diferenciação por considerar que essas expressões tratam de processos distintos que, comumente, são confundidas como referentes a um mesmo processo. Para Valdemar Sguissardi e João dos Reis, mundialização do capital refere-se a um processo de descentralização de uma determinada empresa em unidades situadas em diversos países ou regiões, com menores custos e maiores vantagens em todo o processo produtivo. Já a internacionalização do capital refere-se à expansão do capitalismo em níveis planetários por meio do intercâmbio comercial. Para os autores, a partir da década de 1970, empresas multinacionais passaram a comandar, em nível planetário, uma mudança do modelo econômico, ou seja, aquelas que atuavam em nível mundial fundamentadas em um novo paradigma organizacional, com relações mais consolidadas com outros grupos, empresas e ou instituições governamentais, procuraram obter vantagens em suas relações, valendo-se da macrogestão monetária e reafirmando a hegemonia do capital financeiro. Nesse processo, a internacionalização do capital passa a ser substituída pela mundialização da economia.

A partir desse novo formato do capital, o mercado passa a ser o regulador e o fim das relações sociais, o que exige uma nova sociabilidade,

denominada nesta obra como sociabilidade produtiva. Nessa lógica, as escolas ocupam o centro da construção dessa sociabilidade e as universidades ocupam lugar estratégico como formadoras de professores e como lócus da produção científica.

É em função dessa nova reconfiguração do capitalismo que o Brasil, na década de 1990, passou por inúmeras reformas a fim de alterar sua sociabilidade com o intuito de torná-la produtiva. É por meio dessas reformas que acontece o processo de mercantilização da universidade estatal pública, que vem sendo “modificada” via reforma universitária através de órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que acentuaram o produtivismo acadêmico. Nessa lógica, a ciência, a tecnologia e a inovação tornam-se mercadoria.

O capítulo *Os números da intensificação e precarização do trabalho do professor das federais do sudeste – 1995-2005* é formado por um ensaio estatístico em que os autores demonstram, em termos gerais, o processo de intensificação e precarização do trabalho dos professores nas sete Ifes estudadas, tendo como referência o período de 1995-2005. Os dados apresentados são relacionados ao processo de evolução/involução da educação superior nos seguintes aspectos: a) número de IES, b) cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), c) número de matrículas (graduação e pós-graduação), d) funções docentes (regime de trabalho), e) financiamento, g) corpo docente, h) produção intelectual, i) salário dos professores, j) corpo técnico-administrativo, entre outros. Segundo o conjunto dos dados expostos nesse capítulo, tem-se desenhado um processo de deterioração das condições de trabalho dos professores mediante uma expansão da Educação Superior associada a uma política de redução de custos. Por exemplo, de 1995 a 2005, foi identificado, em média, um aumento dos cursos ofertados na graduação de 27,1%; na pós-graduação, de 41,7% nos cursos de mestrado e de 71,6% nos cursos de doutorado; no número de matrículas, na graduação, de 37,6% e de 112% na pós-graduação. Paradoxalmente, nesse mesmo período, as Ifes tiveram 30% de redução no financiamento, 40% de redução do corpo técnico-administrativo e um ínfimo aumento, 10%, do número de professores.

Do quarto ao sétimo capítulo são apresentados os resultados da pesquisa empírica realizada com 49 docentes entrevistados nas sete Ifes. Nesses capítulos, os autores vão apresentando, de forma brilhante, o quadro de intensificação e precarização do trabalho docente.

No capítulo *Federais, atividades-fim e professores pesquisadores*, foram apresentadas de forma sucinta as sete instituições escolhidas para a pesquisa

e, de forma panorâmica, as informações sobre o trabalho docente naquelas instituições. Foram contemplados temas como a gênese da carreira universitária dos docentes entrevistados, as atividades por eles priorizadas, as condições de trabalho dos professores e de manutenção das Ifes. Detectou-se que os professores, em condições de trabalho cada vez mais precárias, priorizam as atividades de pesquisa em detrimento das atividades de ensino e extensão.

O capítulo *O processo de produção acadêmico-científico na prática universitária das federais: intensificação e precarização do trabalho* focaliza o processo de produção acadêmico-científica na prática universitária das federais. Aqui, tem-se a compreensão de que a dimensão acadêmico-científica está passando por um rápido processo de mudanças em que o tempo da economia e do capital vem determinando o tempo da universidade e transformando a prática universitária. Nesse processo, a universidade trabalha como empresa de serviços formadora de profissionais impregnados da sociabilidade produtiva requerida pelo mercado. A prática universitária passa a obedecer a padrões externos, como mandatos heterônomos de agências, entidades, órgãos públicos e empresas privadas, definidores de ritmos e prazos da produção científica. Nessa lógica, os professores enfrentam a perda dos direitos trabalhistas, como redução do salário, aumento da carga de trabalho e a ampliação das exigências de produção e produtividade na pesquisa e na pós-graduação.

Apesar de o livro já ter abordado o assunto em diferentes momentos, o capítulo *Centralidade da Pós-Graduação e produtivismo acadêmico* apresenta, especificamente, a análise do papel da pós-graduação nas Ifes. Para os autores, a pós-graduação, a partir da regulação da Capes e da indução do CNPq, ocupa um lugar de núcleo gerador das mudanças na prática universitária rumo ao produtivismo acadêmico. Essas mudanças acabam induzindo a universidade a aceitar trabalhar a partir da lógica operacional do mercado.

Com a universidade trabalhando na lógica operacional mercadológica e os professores enfrentando forte sobrecarga de trabalho, a saúde e a relação familiar desses profissionais acabam sendo comprometidas. É desse tema que trata o capítulo *O tempo pessoal e de trabalho, saúde e resistência*. Os autores demonstram, com o apoio das falas dos entrevistados, que, devido ao processo de intensificação do trabalho e ao produtivismo acadêmico, os professores não têm dedicado um tempo salutar para a vida pessoal e familiar. Assim, para realizar as atividades relacionadas à prática universitária, os professores chegam a realizar uma jornada de trabalho de aproximadamente três períodos em uma semana de seis e até sete dias. Nesse processo, muitos professores não tiram férias e trabalham em casa nos finais de semana. A

lógica produtivista tem afetado cada vez mais a saúde de muitos professores, fato esse apresentado pelos autores, que pontuaram a crescente incidência de doenças de cunho depressivo em professores e o aumento de consumo de antidepressivos.

Nas conclusões, os autores ratificam suas críticas à realidade da universidade encontrada e afirmam que o quadro que temos no Brasil, de uma universidade que opera cada vez mais pela lógica do mercado, foi fundamentado, no aspecto filosófico, a partir do pragmatismo.

O rigoroso trabalho de pesquisa e a exposição do processo de intensificação e precarização do trabalho docente nas Ifes tornam a obra recomendada a docentes e discentes de alguma forma envolvidos e comprometidos com a construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade a fim de que se compreendam os rumos por ela tomados em função das políticas públicas educacionais relacionadas à Educação Superior em nosso país.

---

NÉRI EMILIO SOARES JUNIOR é professor da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia (ESEFFEGO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), onde se graduou em Educação Física. É mestre em Educação pela UnB e desenvolve pesquisa abordando as seguintes temáticas: Políticas Educacionais, Currículo e Formação inicial de Professores. E-mail: [neriemiliosoaresjunior@yahoo.com.br](mailto:neriemiliosoaresjunior@yahoo.com.br)

---